

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível SuperiorCoordenação Executiva dos Órgãos Colegiados
Conselho Técnico Científico da Educação Superior **Ata da 208ª Reunião Ordinária**

14 e 15 de setembro de 2021

Nos dias 14 e 15 do mês de setembro de 2021, realizou-se por videoconferência, via plataforma Teams, a Ducentésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), sob a Presidência do Diretor de Avaliação, Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo, e com a presença dos(as) seguintes conselheiros(as): *Profa. Adelaide Faljoni-Alario, Coordenadora da área Interdisciplinar; Profa. Adriana Moreira Amado, Coordenadora da área de Economia; Prof. Adriano Lisboa Monteiro, Coordenador da área de Química; Profa. Altair Antoninha Del Bel Cury, Coordenadora da área de Odontologia; Prof. André Pereira Reinert Tokarski, representante da ANPG; Prof. Antonio Eduardo Martinelli, Coordenador da área de Materiais; Prof. Bernardo Lessa Horta, Coordenador da área de Saúde Coletiva; Profa. Denise Freitas, Coordenadora da área de Medicina III; Prof. Edson Fernando Dalmonte, Coordenador da área de Comunicação e Informação; Prof. Flávio Augusto Senra Ribeiro, Coordenador da área de Ciências da Religião e Teologia; Profa. Germana Maria Araújo Sales, Coordenadora da área de Linguística e Literatura; Prof. José Roberto Mineo, Coordenador da área de Ciências Biológicas III; Prof. Luís Manuel Rebelo Fernandes, Coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais; Prof. Luiz Carlos Federizzi, Coordenador da área de Ciências Agrárias I; Prof. Paulo Jorge Parreira dos Santos, Coordenador da área de Biodiversidade; Prof. Reinaldo Giudici, Coordenador da área de Engenharias II; Prof. Robert Evan Verhine, Coordenador da Área de Educação; Prof. Rômulo Dante Orrico Filho, Coordenador da área de Engenharias I; Prof. Ronaldo Lopes Oliveira, Coordenador da área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros; Prof. Tercio Ambrizzi, Coordenador da Área de Geociências*. Todos os membros dos Colégios puderam participar da reunião, na condição de ouvintes, em virtude do caráter público da reunião. **Abertura**: Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo iniciou a reunião às 9h dando boas-vindas aos presentes e agradecendo a participação de todos. Apresentou os pontos de pauta (a) Aprovação da ata da 207ª reunião do CTC-ES; (b) Considerações sobre o Qualis; (c) Definição do calendário; e (d) Relato sobre a última reunião do Conselho Superior. **Aprovação da ata da 207ª reunião do CTC-ES**: Decidiu-se que a aprovação desta ata ocorreria na próxima reunião do Conselho. **Reunião do Conselho Superior:** Prof. Flávio esclareceu que a reunião ocorrida focou na necessidade de regularização da composição do CTC-ES. Os conselheiros concordaram que seria urgente a realização de reunião com a Presidente da CAPES, para ciência dos encaminhamentos necessários. Sobre o assunto, Prof. Paulo Jorge Parreira dos Santos afirmou ainda que a invalidação da composição do CTC-ES impactaria em riscos aos processos e decisões até então já tomadas. Prof. Edson Fernando Dalmonte corroborou as colocações, no sentido da necessária manutenção da composição do CTC-ES e de todas as deliberações. Observou que este ponto na ata da última reunião do CTC-ES, estava muito vaga e pediu que fosse mais detalhada. Prof. Rômulo Dante Orrico Filho propôs que o primeiro ponto de pauta fosse a eleição do representante do CTC-ES no Conselho Superior. Externou também preocupação sobre o atraso na publicação do calendário atualizado da avaliação. Atendendo ao pedido dos presentes, Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes, que participou como ouvinte da referida reunião do Conselho Superior, relatou que, em 2018, a justificativa para a ampliação da quantidade de membros do CTC-ES foi a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Prof. Edson Fernando Dalmonte propôs que fosse feita a defesa do extra numérico da composição do CTC-ES, uma vez que 18 membros já não contemplariam a diversidade e dimensão do sistema. Após manifestações, Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo passou à leitura do documento elaborado pelo Colégio da Vida sobre o assunto e destacou: 1) A decisão de ampliação do número de representantes dos Colégios no CTC-ES foi tomada em gestão anterior e de boa-fé para atender aos princípios básicos da Administração Pública, como finalidade, proporcionalidade, interesse público e eficiência, todos amparados no Art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; 2) O risco de modificação da composição do CTC-ES nesse momento seria, entre outros, o de um reconhecimento pela própria Capes de suposta ilegalidade, o que poderia ensejar processos jurídicos e recursos contra a Capes; 3) Os atos que, porventura, apresentem defeitos sanáveis poderiam ser convalidados pela própria Administração em momento posterior, segundo o Art. 55 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999. O Colégio de Ciências da Vida solicitou à Presidência da Capes e à Procuradoria Federal que envidassem todos os esforços para preservar, na íntegra, o trabalho realizado pelo CTC-ES no último quadriênio. Como proposta de encaminhamento, Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo convidaria a Presidente da Capes para a reunião do CTC-ES, a fim de obterem mais informações que auxiliassem na definição dos encaminhamentos. **Pronunciamento da Presidência:** No período da tarde, Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo passou a palavra à Profa. Cláudia Mansani Queda de Toledo, Presidente da Capes, quem reiterou que qualquer ato da sua gestão tem como objetivo preservar o próprio CTC-ES, a Avaliação e a Capes. Noticiou que a Portaria a ser publicada reconhecerá a nulidade da designação dos membros do CTC-ES, mas proporá a imediata eleição do novo colegiado. Acrescentou que a Portaria reconhecerá a desconformidade com o Art. 21 do Estatuto da Capes e afirmou que o processo eleitoral será conduzido administrativamente pela Coordenação de Órgãos Colegiados da Capes (Cecol), de forma eletrônica e a cooperação dos representantes dos Colégios. A Presidente citou ainda os pontos sensíveis em relação à Portaria do Qualis, salientando que toda e qualquer colocação sua tem por objetivo demonstrar o respeito à questão da anterioridade das regras. A presidência da Capes solicitou que o Sr. Guilherme Alcântara, da Procuradoria Federal (PF), se manifestasse, explicando o teor do parecer que concluiu sobre a nulidade do ato de designação dos atuais membros do CTC-ES e também prestou esclarecimentos sobre a questão da anterioridade dos requisitos de avaliação, sobre a qual a Capes tem sido questionada pelo Ministério Público. Após estes esclarecimentos a palavra foi franqueada para os membros do colegiado se posicionarem. Primeiramente o Prof. Paulo Jorge Parreira dos Santos salientou que há uma série de argumentos, não apenas legais, mas considerações práticas de risco processual que precisam ser consideradas. Prof. Adriano Lisboa Monteiro reforçou a necessidade de discutir a Portaria 145 do Qualis, salientando que determinados pontos podem prejudicar a avaliação já realizada pelas áreas. Prof. Robert Evan Verhine solicitou a revisão do Art. 21 da Portaria 145, pois vai de encontro à lógica e aos princípios da avaliação educacional, deslegitimando a avaliação da Capes. Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes questionou a Presidente e a Procuradoria, sobre a possibilidade de o CTS-ES encaminhar sugestões de alteração da Portaria do Qualis, baseadas na análise comparativa entre as deliberações do CTC-ES sobre o texto e a versão final publicada. Prof. Rômulo Dante Orrico Filho se ateve à função e ao papel principal do Qualis, que é permitir a comparação da produção entre programas, fazendo uma breve análise dos indicadores adotados. Após manifestações adicionais por parte dos conselheiros, o Sr. Guilherme Alcântara, da Procuradoria Federal, afirmou, sobre o critério da anterioridade, que a maior preocupação é evitar que os ajustes nos requisitos, que venham a se constituir alterações de mérito, possam trazer problemas para a Capes. Profa. Adelaide Faljoni-Alario fez observações a respeito do Conselho Superior, alegando que ele, assim como o CTC-ES, operou com uma representatividade distinta do Estatuto da Capes e, portanto, também irregular. Ressaltou que muitos recursos recebidos na Quadrienal anterior estiveram no Conselho Superior e foram acolhidos, o que resultou em alterações nas notas, além disto demonstrou preocupação quanto ao impacto nesses casos por conta da irregularidade do CTC-ES. Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo informou que a pauta da reunião seria retomada na reunião do dia seguinte. **Considerações sobre o Qualis:** No dia 15, Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Iniciou-se a discussão sobre a Portaria 145. Prof. Paulo Jorge Parreira dos Santos apresentou as modificações propostas, com a supressão de alguns artigos e pequenas alterações de texto para melhor entendimento do seu conteúdo. Após discussão da matéria, a minuta apresentada foi colocada em votação, sendo considerada aprovada por unanimidade dos presentes. A Sra. Talita Moreira de Oliveira e a Profa. Adelaide Faljoni-Alario apresentaram no turno vespertino trabalho conjunto, em que a Área Interdisciplinar fez um estudo sobre a situação do Qualis e propôs um modelo híbrido do QR1 com o QR2, para melhor adequação das condições de cada câmara. No caso da câmara das Humanidades, que adotou o QR2, foi feito em conjunto com a DAV a correspondência da temática do periódico com uma área disciplinar, para enquadramento no respectivo universo previamente constituído por cada área e posterior identificação do percentil. Em seguida, prestados os esclarecimentos, o procedimento operacional utilizando o modelo híbrido para o Qualis feito pela Área Interdisciplinar foi colocado em votação, sendo considerado aprovado por unanimidade dos presentes. Após manifestações, o Prof. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo sugeriu como encaminhamento o tratamento excepcional dos periódicos recém-ingressados nas bases indexadoras internacionais (Scopus ou Web of Science), que possuem indicador zero ou próximo disso devido ao baixo tempo de indexação. Nestes casos, poderá ser adotado o h5 do Google Scholar como indicador para identificação do percentil. Em seguida, a proposta de encaminhamento apresentada foi colocada em votação, sendo declarada aprovada, podendo se estender às demais áreas que estão no CTC-ES, ou não, desde que solicitada e justificada a excepcionalidade. **Anexos de produtos na Sucupira**. Prof. Edson D'Almonte apresentou um caso específico de sua Área, que tem relação com os anexos de livros inseridos pelos programas, além dos casos em que não foi identificado o anexo. Informou que estão aguardando um posicionamento por parte da DAV se de fato é possível detectar e apresentar a natureza do problema, possibilitando que seja equacionado. A Sra. Talita Moreira de Oliveira informou que os casos reportados pelas áreas foram checados pela equipe técnica da DAV e DTI, e não foi identificado erro operacional no sistema. Ainda, informou que a última versão da Plataforma Sucupira corrigiu o problema de abertura de arquivos em formato ZIP. A sugestão é de que a checagem deveria ser feita pontualmente e, à medida que forem identificados estes problemas, a equipe da DAV seja acionada para fazer a checagem. **Definição do calendário:** Foi estabelecido que a definição do calendário seria realizada após a deliberação da Portaria 145, posteriormente à avaliação dos impactos e da necessidade de adaptação e ajustes ao Qualis. **Encerramento**: Não havendo manifestações adicionais, a Ducentésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior foi declarada encerrada.

Flávio Anastácio de Oliveira Camargo

Presidente do CTC-ES